

Um mapeamento das funções arquivísticas desenvolvidas nos acervos fotográficos custodiados nos arquivos de Santa Catarina

Vanessa Aline Schweitzer Souza

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Ciência da Informação,
Florianópolis, SC, Brasil
vaschveitzer@gmail.com

Eva Cristina Leite da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Ciência da Informação,
Florianópolis, SC, Brasil
eva.cristina@ufsc.br

DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v15.n3.2022.42099>

Recebido/Recibido/Received: 2022-02-25

Aceitado/Aceptado/Accepted: 2022-09-23

Resumo

A fotografia impressa, invenção do século XIX, é uma forma de registrar e informar à sociedade diversos contextos, como: cultural, jurídico, histórico, arquitetônico, econômico, social etc. Essas informações, se tratadas, são fontes contributivas de conhecimento e memória de uma pessoa, família e ou sociedade. Para que haja o tratamento documental arquivístico (físico e intelectual) é essencial que ocorra um conjunto de ações interligadas, aqui denominadas como funções arquivísticas. O estudo em tela teve como objetivo identificar as funções arquivísticas aplicadas nos acervos fotográficos impressos armazenados nos arquivos públicos de Santa Catarina. Para tanto, recorreu-se à pesquisa de natureza básica com abordagem qualitativa. Dos procedimentos empregados, contou-se com a pesquisa bibliográfica e documental. Como instrumentos de coleta de dados, utilizou-se o diário de campo e um questionário encaminhado aos arquivos públicos catarinenses. Dos dezessete arquivos públicos, dez responderam ao questionário. Os resultados constata a “Produção dos próprios setores dos municípios” e a “Doação de fotografias procedentes de acervos pessoais” como os principais produtores do acervo fotográfico impresso catarinense, assim como 80% ainda recebem/recolhem fotografias em suas entidades. A “preservação” é uma das funções arquivísticas mais apontadas pelas instituições. Conclui-se que apenas 30% dos arquivos públicos do estado de Santa Catarina desenvolvem todas as funções arquivísticas em seus acervos fotográficos.

Palavras-chave: Fotografia. Acervo fotográfico. Funções arquivísticas. Tratamento arquivístico. Arquivo público.

Un mapeo de las Funciones Archivísticas desarrolladas en los fondos fotográficos conservados en los archivos de Santa Catarina

Resumen

La fotografía impresa, un invento del siglo XIX, es una forma de registrar e informar a la sociedad en diferentes contextos, tales como: cultural, legal, histórico, arquitectónico, económico, social, etc. Estas informaciones, en caso de ser tratadas, son fuentes coadyuvantes del conocimiento y la memoria de una persona, familia y/o sociedad. Para que exista un tratamiento documental archivístico (físico e intelectual) es imprescindible que se produzca un conjunto de acciones interconectadas, aquí denominadas funciones archivísticas. El estudio en pantalla tuvo como objetivo identificar las funciones archivísticas aplicadas en los fondos fotográficos impresos depositados en los archivos públicos de Santa Catarina. Para ello se utilizó

una investigación básica con un enfoque cualitativo. Los procedimientos utilizados incluyeron la investigación bibliográfica y documental. Se utilizaron como instrumentos de recolección de datos el diario de campo y un cuestionario enviado a los archivos públicos de Santa Catarina. De los diecisiete expedientes públicos, diez respondieron al cuestionario. Los resultados muestran la “Producción de los propios sectores municipales” y la “Donación de fotografías de colecciones personales” como los principales productores del acervo fotográfico impreso de Santa Catarina, así como el 80% aún recibe/colecciona fotografías en sus entidades. La “preservación” es una de las funciones archivísticas más mencionadas por las instituciones. Se concluye que sólo el 30% de los archivos públicos del estado de Santa Catarina desarrollan todas las funciones archivísticas en sus fondos fotográficos.

Palabras clave: Fotografía. Colección fotográfica. Funciones de archivo. Tratamiento de archivo. Archivo público.

A mapping of the Archival Functions used in the photographs held in the archives of Santa Catarina

Abstract

Printed photography, an invention of the 19th century, is a way of recording and informing society in different contexts, such as: cultural, legal, historical, architectural, economic, social, etc. This information, if treated, are contributory sources of knowledge and memory of a person, family and/or society. In order for there to be archival document treatment (physical and intellectual) it is essential that a set of interconnected actions occur, here called archival functions. The on-screen study aimed to identify the archival functions applied in the printed photographic collections stored in the public archives of Santa Catarina. For this purpose, basic research with a qualitative approach was used. The procedures used included bibliographic and documentary research. The field diary and a questionnaire sent to Santa Catarina's public archives were used as data collection instruments. Of the seventeen public files, ten responded to the questionnaire. The results show the “Production of the municipal sectors themselves” and the “Donation of photographs from personal collections” as the main producers of the printed photographic collection of Santa Catarina, as well as 80% still receive/collect photographs in their entities. “Preservation” is one of the archival functions most mentioned by the institutions. It is concluded that only 30% of public archives in the state of Santa Catarina develop all archival functions in their photographic collections.

Keywords: Photography. Photographic collection. Archival functions. Archival treatment. Public archive.

1 Introdução

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa desenvolvida e aprovada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCin) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os dados expostos, neste estudo, têm como foco as funções archivísticas desenvolvidas nos acervos fotográficos impressos dos arquivos públicos catarinenses.

Funções archivísticas é um termo que recebe atenção especial dos autores Rousseau e Couture (1998) para intitular as atividades e os processos fundamentais aplicados à organização e ao tratamento nos arquivos em todo seu ciclo de vida, ou seja, desde sua produção até sua destinação final. Nesse caso, as funções archivísticas são compreendidas por atividades desenvolvidas e realizadas em qualquer documento de arquivo, que no âmbito deste artigo está delimitado no documento fotográfico. Seguindo a proposta de Rousseau e Couture (1998), que em grande parte das publicações destes, apresentam sete funções denominadas como: produção, classificação, avaliação, preservação, descrição, aquisição e difusão, perpassando todo o ciclo de vida do documento desde sua criação até sua destinação final. Desse modo, para realizar o tratamento do documento arquivístico (físico e intelectual) é necessário que ocorra

também o conjunto de funções arquivísticas. É pertinente destacar que, além das funções arquivísticas, há princípios arquivísticos e características dos documentos fundamentais, como: organicidade, proveniência, unicidade, territorialidade, imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e integridade, contudo não será o foco deste estudo (DURANTI, 1994).

O objetivo em tela visa identificar as funções arquivísticas aplicadas nos acervos fotográficos impressos armazenados nos arquivos públicos do estado de Santa Catarina que fazem parte do Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivístico de Santa Catarina. É oportuno mencionar que o *Código de Entidade Custodiadoras de Acervos Arquivísticos* (CODEARQ) é um cadastro oficial no âmbito arquivístico e “tem como finalidade identificar de modo único a instituição custodiadoras de acervo arquivístico” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2022, p. 1). Este cadastro vincula-se ao Conselho Nacional de Arquivos, órgão responsável pela política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil.

O estudo justifica-se nos arquivos públicos do estado de Santa Catarina por tratar-se de entidades públicas que têm o dever de armazenar e conservar a documentação produzida. Sob amparo da Lei Federal n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, de acordo com o Art. 1º, é incontestável o “[...] dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (BRASIL, 1991, p. 1). Esses documentos devem encontrar-se organizados e de acesso a todos os indivíduos. Como apoio, tem-se a Lei Estadual n. 17.565, de 6 de agosto de 2018, a qual consolida as leis que dispõem sobre o patrimônio cultural do estado de Santa Catarina, a conservação e a proteção de qualquer documento que faça parte da construção histórica e cultural da sociedade.

Art. 4º Consideram-se de valor histórico ou artístico, para os fins desta Lei, as obras intelectuais no domínio da arte e os documentos e objetos que estejam vinculados a fatos memoráveis da História ou que apresentem excepcional valor arqueológico, etnográfico, artístico, bibliográfico, religioso, bem como monumentos naturais, sítios e paisagens que importem conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (SANTA CATARINA, 2018, p. 2).

Nesse sentido, o estudo objetiva fortalecer a importância de um tratamento documental arquivístico empreendido nos acervos fotográficos, tem-se assim uma problemática que demanda revisitações e aprofundamentos técnico-científicos frente às constantes demandas de organização, preservação e acesso ao patrimônio cultural e, nesse caso, também documental arquivístico de Santa Catarina. Pressupõe-se que as sete funções arquivísticas já mencionadas são essenciais para o desenvolvimento das atividades técnicas realizadas em um arquivo, uma vez

que os documentos arquivísticos são imprescindíveis para o cumprimento de uma obrigação (fiscal, administrativa, judicial etc.), sendo também importantes para assegurar a memória (cultural, histórica, econômica etc.) da sociedade. E o arquivo público é um órgão que deve garantir e cumprir leis e diretrizes que asseguram o armazenamento e o tratamento adequado dos documentos.

2 Aspectos sobre a fotografia: história e documento arquivístico

A primeira fotografia, que se tem conhecimento, foi produzida pelo francês Joseph Nicéphore Niépce no ano de 1826. Contudo, sua invenção foi anunciada oficialmente no dia 19 de agosto de 1839 na França. Este invento foi então estabelecido na sociedade em domínio público, para que o “mundo” tivesse acesso à invenção (FABRIS, 2009; ROUILLÉ, 2009; TONELLO; MADIO, 2018). No século XIX, a fotografia era vista como um “olhar real” das informações (livre e eficaz às manipulações do homem) e dos acontecimentos dos períodos vividos. Todavia, desde o século XX constitui uma opinião diferente a respeito da fotografia na qual ela passa ser vista como um registro passível de ambiguidades e interpretações (MENESES, 2002; BARTHES, 2011).

Os questionamentos quanto à neutralidade ou à imunidade da fotografia ocorre ao longo da passagem dos séculos de uma forma processual, principalmente por conta de casos que envolveram imagens de guerras (civil e mundial) como meio de manipulações das informações. Dessa forma, a origem deste documento é elemento primordial para sua contextualização. Para tanto, trabalhar com as fotografias significa conhecer suas origens, produções e razões que levaram a criar estes documentos (SCHVEITZER, 2021, p. 26).

Portanto, reforça-se aqui a fotografia como um documento passível e sujeito à interferência e/ou distanciamento da “verdade”. Sontag (2004, p.17) complementa ao dizer que, “embora em certo sentido a câmera de fato capture a realidade, e não apenas a intérprete, as fotos são uma interpretação do mundo tanto quanto as pinturas e desenhos”. Por isso, conhecer o contexto da imagem fotográfica e entender o motivo de sua origem/existência, torna-se primordial na compreensão do seu significado.

A razão de sua origem ou a função pela qual são produzidos é que determina sua condição de documento de arquivo, e não a natureza do suporte ou formato. Assim, uma correspondência, **uma fotografia**, um mapa, um selo, um filme, um e-mail e as páginas de um website são documentos arquivísticos na medida em que carregam informações produzidas e recebidas no decorrer das atividades da instituição que as criou, servindo, portanto, como fonte de comprovação dessas atividades. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2014, p. 19-20, grifo nosso).

Os documentos e as informações produzidos e acumulados e/ou custodiados por uma entidade arquivística podem comprovar direitos, orientar em tomada de decisões, servir como

fontes de pesquisasou contribuir com outras tarefas a fim de que essas finalidades sejam alcançadasdevem existirestruturas adequadasparaarmazenar, tratar, preservaredisponibilizar os documentos arquivísticos.

Atualmente, as imagens fotográficasconstituem componentes que fazem parte da vida cotidiana de grande parte das sociedades. Por meio das fotografias, é possível orientar-se no espaço e tempo e definir oscomportamentos eas atividades moldando nossos interesses (AGUSTÍN LACRUZ, 2015). A fotografia possibilitauma pessoa visualizar paisagens, festivais, personalidades, monumento entre outros assuntos, bem como elas podem fornecer e revelar informações de cunho cultural, histórico, social, sendofontes de memória. No entanto, os acervos fotográficos necessitam ser tratados e organizados para que a sociedade tenha acesso e faça uso de tais informações. Analisar imagens requer leitura, identificação, nova análise e representação de informações, envolve tanto a parte física como de assunto, englobando conhecimentos sobre a natureza, os aspectos técnicos e a contextualização das obras (MAIMONE, 2018, p. 197). Para Sousa (2007), na área da Arquivologia, a organização e a representação da informação ocorrem especialmente nas funções arquivísticas: classificação, avaliação e descrição.

No domínio da Ciência da Informação, o registro documental é determinante para a socialização informacional (SMIT, 2012). Partindo da premissa de que fotografia é, ou pode ser um documento arquivístico (quando produzida e/ou recebida e contextualizada organicamente nodecurso da vida de uma pessoa e, ou instituição em razão de suas funções e atividades),para estar presente no diaadia no contexto social, cultural, histórico, político e outros campos, sendo relevante que esse documento permaneça acessível a todos.

Manini (2009, p. 127) esclarece que

[...] a fotografia só se torna um documento de uso geral, de interesse público coletivo e de importância histórica e/ou cultural quando inserida num arquivo: importará sua origem ou proveniência, a finalidade de sua criação ou produção, e será tratada segundo um grupamento sistemático respeitando a organicidade do fundo a que pertence.

Retrata-se a fotografia como um exemplo de espécie documental e um importante elemento do patrimônio de registrode uma sociedade, possível de ser produzida em contexto arquivístico. Este documento pode proporcionar aos indivíduos informações de diferentes naturezas, como já abordado e, assim, fazer parte da construção da memória de um povo. Para Solórzano-Ariza, Tamayo e Echavarría (2017, p. 81, tradução nossa) “a fotografia se situa em um lugar privilegiado entre o meio técnico, o documento/objeto histórico e artístico em razão a sua riqueza no nível histórico, estético, sociológico e antropológico”, o que permite a oportunidade em expandir horizontes interdisciplinares junto ao campo da arquivística.

Perante o contexto arquivístico, a fotografia na concepção dos autores Machado, Semidão e Madio (2019, p. 3),

[...] é considerada como um produto informacional enquanto construto institucional (evado de intenções, propósitos, ideários etc.) cuja imagem veiculada apresenta a presença de elementos contextuais que necessitariam ser identificados para proporcionar uma melhor compreensão e uma consequente organização arquivisticamente qualificada.

Nessa perceptiva, a representação e a organização condicentes de um acervo fotográfico permitem conhecimentos mais precisos com relação ao contexto administrativo, cultural, social e histórico que uma fotografia pode trazer. Maimone (2018) enfatiza que as fotografias, assim como outros documentos, possuem informações por externarem além de suas características físicas, implicações contextuais (temáticas, espaciais, temporais) representativas de determinadas épocas. No entanto, para que isso aconteça, as funções de classificação, de avaliação e de descrição arquivística correspondem às atividades para extrair e representar a informação de uma fotografia.

Para Rodrigues (2003, p. 216), “a prática de representar as informações orgânicas, ou arquivísticas, sempre existiram”. Entretanto, para desempenhar o tratamento do documento arquivístico, tanto físico quanto intelectual, uma função pode ser primordial para a concepção de outra, interligando-se de forma a complementar a atividade que está sendo desenvolvida no momento (PEREIRA; SILVA, 2019).

3 Um pouco sobre as sete funções arquivísticas

As funções arquivísticas procedem da Arquivologia Integrada, ou seja, aquela que busca a superação das atividades desenvolvidas entre a Arquivologia tradicional (foco voltado para os arquivos permanentes, preocupando-se exclusivamente com o documento de **valor secundário**) e a *Records management* (foco no **valor primário** do documento – arquivos correntes). A Arquivística Integrada (origem canadense) visa a uma gestão em todas as fases dos documentos arquivísticos, não se limitando à criação (produção) ou ao destino final. Nessa corrente é apresentada uma necessidade de gestão documental como um processo completo, contínuo e padronizado, que se preocupa com o ciclo completo de vida dos documentos, além de propor uma transformação da arquivística em uma disciplina científica. Tanto o valor primário quanto secundário do documento arquivístico é resguardado por esta corrente (LOPES, 2009; ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

As funções mencionadas por Rousseau e Couture (1998, p. 265) quanto à “criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão de arquivos”, como já referidas, não devem estabelecer distinções entre as três idades de um arquivo (corrente,

intermediário e permanente). Haja vista que cada uma das funções carece cobrir e ser desempenhada em todas as atividades técnicas de tratamento arquivístico desde a origem de um documento, seguindo da eliminação ou da guarda permanente.

Para Pereira e Silva (2019), as funções arquivísticas têm norteado as atividades desenvolvidas nos arquivos, e cada função conta com um objetivo a ser cumprido, sendo vital à comunicação entre elas. O detalhamento de cada função arquivística (Quadro 1) objetivou trazer o conceito basilar destas atividades.

Quadro 1 – As sete funções arquivísticas denominadas por Rousseau e Couture (1998)

FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA	CONCEITOS	RESULTADO
Criação/Produção	“Contempla os procedimentos relacionados à manutenção do maior rigor possível na produção dos documentos de arquivo, abrangendo definições de normas, conteúdo, modelos, formato e trâmite; o papel do arquivista é de conselheiro, de consultor ao produtor do documento por meio da elaboração de manuais de produção de documentos [...]”. (SANTOS, 2012, p. 178-181).	Documento arquivístico (fotografia, áudio, objeto, e-mail, carta, certidão, mapas, ata, ofício, diário etc.)
Classificação	“Refere-se à criação e à utilização de planos de classificação que reflitam as funções, atividade e ações ou tarefas da instituição acumuladora dos documentos arquivísticos [...]; a classificação orienta a organização intelectual do acervo de forma a refletir a estrutura organizacional e decisória da instituição [...] a fim de facilitar a recuperação e o acesso aos documentos [...]” (SANTOS, 2012, p. 178-181).	Plano de classificação
Aquisição	“Ingresso de documentos em arquivo seja por comodato, compra, custódia, doação, depósito, doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento reintegração ou transferência” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2005, p. 85).	Fundo arquivístico
Conservação/Preservação	“É entendida como à manutenção/proteção da integridade física/intelectual dos documentos ao longo do tempo, é garantir que estes documentos estejam armazenados com um controle ambiental (temperatura, iluminação, inundações, mobiliário adequado etc.)”. (SANTOS, 2012, p. 178-181).	Plano de preservação. Conjuntos de medidas técnicas para assegurar a conservação/preservação dos documentos arquivísticos (políticas, diretrizes, manuais etc.)
Avaliação	“Processo de análise de documentos de arquivo que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2005, p. 41).	Tabela de temporalidade

Descrição	“[...] é uma ação que perpassa todo o ciclo de vida do documento, devendo ter seus elementos adequados a cada uma das fases, [...] estabelecimento de pontos de acesso para facilitar a recuperação dos documentos ou informação [...]”. (SANTOS, 2012, p. 178-181).	Instrumentos de pesquisa (índice, guia, catálogos etc.)
Difusão/Acesso	“[...] a difusão é a ação de fazer conhecer, de pôr em valor, de transmitir ou de deixar acessíveis uma ou várias informações contidas em documentos de arquivos a seus usuários (pessoas ou organismos) conhecidos ou potenciais para responder a suas necessidades específicas [...]” (CHARBONNEAU, 2008, p. 374, tradução nossa).	Visitas guiadas, <i>marketing</i> , exposições, uso de TICs (<i>Instagram, Facebook, Websites</i> etc.), cursos ou palestras etc.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)

A prática de cada uma destas funções deve ser objetivo de todas as intuições arquivísticas (públicas e privadas), tendo em vista que o desenvolvimento das funções arquivísticas junto aos acervos é contributivo para obter uma gestão documental adequada as necessidades da sociedade atual, ou seja, que busca garantir a autenticidade, a preservação, a transparência e o acesso aos atos e as informações registradas nos documentos arquivísticos. Salienta-se, ainda, que o desenvolvimento das funções arquivísticas, independe do formato ou do suporte documental. Com essa perspectiva, tem-se a garantia do acesso e do uso informacional dos conteúdos que estes documentos carregam consigo e que podem beneficiar a sociedade seja para pesquisa, para trabalho ou para conhecimento próprio.

4 Aspectos metodológicos

Mascarenhas (2012, p. 35) afirma que a metodologia “[...] serve para explicar tudo que foi feito durante um estudo. O objetivo é descrever o método, os participantes, o tipo de pesquisa e os instrumentos utilizados”. Sob o ponto de vista de sua natureza, esta pesquisa é básica com abordagem qualitativa. Vale lembrar que este artigo proporciona identificar as funções arquivísticas desenvolvidas nos acervos fotográficos, a fim de gerar novos conhecimentos para a ciência quanto ao tratamento arquivísticos realizado nas entidades pesquisadas. O universo desta pesquisa é representado pelas dezessete instituições públicas pertencentes ao Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos do estado de Santa Catarina.

Dos procedimentos empregados, contou-se com a pesquisa bibliográfica, para “[...] **adquirir conhecimentos** a partir do emprego predominante de informações de material gráfico, sonoro e informatizado” já trabalhadas e publicadas por outros pesquisadores (BARROS; LEHFELD, 2000, p. 70, grifo nosso), bem como com a pesquisa documental, de acordo com

Prodanov e Freitas (2013, p. 55) “baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Para a coleta de dados foram utilizados dois instrumentos: diário de campo e questionário. O diário de campo possui informações (*e-mail* e telefone para contato; nome do responsável pelo acervo; endereço completo da entidade; existência de acervos fotográficos no arquivo, dia/mês/ano dos contatos etc.) anotadas pela pesquisadora em uma planilha estruturada no *Excel*. O questionário foi elaborado por meio da ferramenta *Google Forms* contendo perguntas divididas em fechadas, abertas e de múltipla escolha. Antecedente ao envio do questionário foi aplicado um pré-teste em duas instituições arquivísticas: Arquivo Público Municipal de Londrina (PR) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) - Superintendência em Santa Catarina (SC), para o aprimoramento das questões. Após conferida a viabilidade houve a aplicação do questionário. Ressalta-se que os resultados aqui apontados são restritos às perguntas pertinentes às funções arquivísticas desenvolvidas nos acervos fotográficos.

Os arquivos dos municípios de Chapecó, Palhoça e Campo Alegre não possuem acervo fotográfico impresso sob custódia, nesse sentido, estas três entidades não fizeram parte da coleta de dados. Ademais, não se aplicou o questionário em quatro entidades: Caçador, Tubarão, Campo Belo do Sul e Alfredo Wagner em razão do não retorno e da impossibilidade de contactar (*e-mail* e telefone) com os responsáveis desses arquivos públicos na época da coleta de dados. Registra-se que a falta de resposta destas instituições pode ter sido devido à pandemia de COVID-19, pois muitas entidades encontravam-se fechadas (primeiro semestre 2020). Nesse caso, dez arquivos estavam aptos a participar, sendo enviado o questionário para as dez instituições (Quadro 2) e todos os arquivistas responderam.

Quadro 2 - Arquivos públicos participantes da pesquisa

	ARQUIVO PARTICIPANTE	CIDADE	REGIÃO	JURISDIÇÃO
1	Arquivo Histórico Museu Thiago de Castro	Lages	Serrana	Municipal

2	Arquivo Histórico de Balneário Camboriú	Balneário Camboriú	Vale do Itajaí	Municipal
3	Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul "Eugênio Victor Schmöckel"	Jaraguá do Sul	Norte Catarinense	Municipal
4	Arquivo Histórico de Joinville	Joinville	Norte Catarinense	Municipal
5	Arquivo Histórico José Ferreira da Silva	Blumenau	Vale do Itajaí	Municipal
6	Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral	Florianópolis	Grande Florianópolis	Municipal
7	Arquivo Histórico Municipal de São José	São José	Grande Florianópolis	Municipal
8	Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp (Fundação Cultural Camponovense Casa da Cultura Cel. Gasparino Zorzi)	Campos Novos	Serrana	Municipal
9	Arquivo Histórico Pastor Wilhelm Lange	Guaramirim	Norte Catarinense	Municipal
10	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina	Florianópolis	Grande Florianópolis	Estadual

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Nessa lógica, os participantes deste estudo (amostra da pesquisa) estão representados pelos de arquivos públicos mencionados no quadro acima (Quadro 2). Enfatiza-se que os dados coletados são identificados por meio das siglas AP1, AP2, AP3, AP4, AP5, AP6, AP7, AP8, AP9 e AP10 (não obedecendo à ordem no quadro expressado acima), assim, a identificação dos arquivos não é disponibilizada na pesquisa.

5 Descrição e análise dos dados coletados

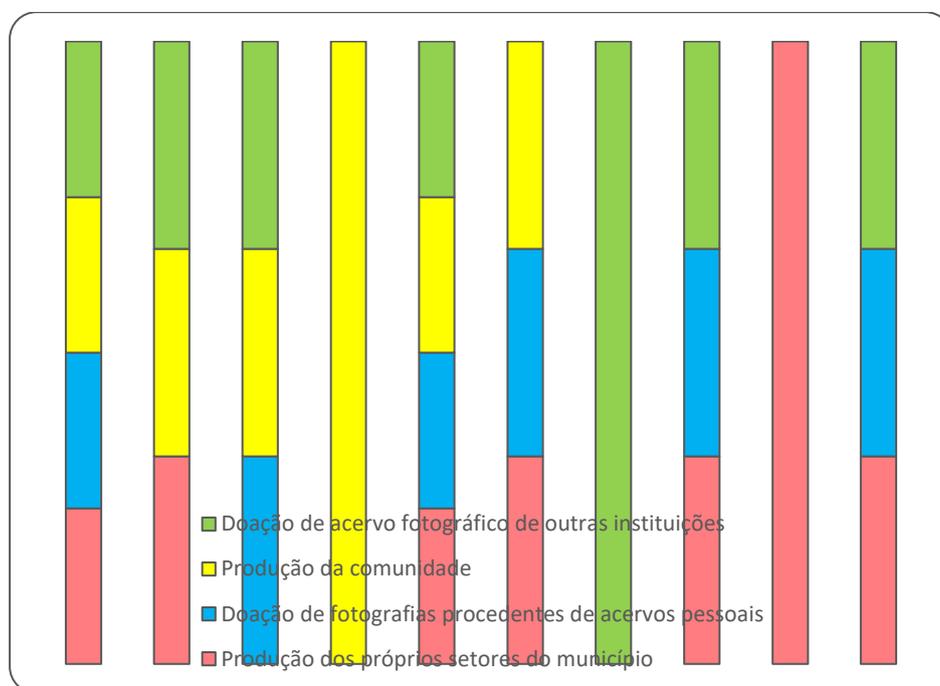
Os Gráficos 1 e 2 apresentam respectivamente as funções arquivística de Produção (Gráfico 1) e Aquisição (Gráfico 2). Já o Gráfico 3 vai tratar das demais funções arquivísticas (Classificação, Avaliação, Preservação, Descrição e Difusão) desenvolvidas nos acervos

fotográficos do estado de Santa Catarina. É oportuno ressaltar que nos Gráficos 1 e 3 os arquivos participantes poderiam assinalar mais de uma opção.

A segmentação da apresentação dos resultados nos Gráficos 1 e 2 corrobora para ilustrar os principais produtores de fotografias impressas nos arquivos e se eles ainda recebem e/ou recolhem material fotográfico em seus acervos.

Quanto ao principal produtor das imagens fotográficas (Gráfico 1), questionou-se às entidades participantes a seguinte pergunta: “Qual a procedência do acervo fotográfico (órgão produtor)?” Mediante ao questionamento, foi possível constatar nos arquivos catarinenses o modo de produção e aquisição das fotografias impressas nos arquivos.

Gráfico 1 - Principais órgãos produtores do acervo fotográfico nos arquivos públicos catarinense



Fonte:Schweitzer (p. 80, 2021)

As variáveis “Produção dos próprios setores dos municípios” e a “Doação de fotografias procedentes de acervos pessoais” foram as alternativas mais assinaladas, com 7 (sete) marcações em cada questão (Gráfico 1), soma-se ainda que a instituição assinalou exclusivamente a variável “Produção dos próprios setores dos municípios” e a instituição assinalou exclusivamente a variável “Doação de fotografias procedentes de acervos pessoais”.

As alternativas “Produção da comunidade” e “Doação de acervo fotográfico de outras instituições” obtiveram 6 (seis) marcações em cada opção, sendo que a instituição assinalou exclusivamente “Produção da comunidade”. É necessário esclarecer que existe uma distinção entre as opções “Doação de fotografias procedentes de acervos pessoais” e “Produção da

comunidade”. Essa diferença se dá pela razão de produção da fotografia que, no caso da alternativa “Produção da comunidade”, a fotografia pode ter sido produzida por meio de um campeonato fotográfico local com um tema escolhido pelo organizador do evento e no item “Doação de fotografias procedentes de acervos pessoais”, a fotografia foi doada por algum cidadão local, documentos estes considerados de valor histórico e cultural para a instituição.

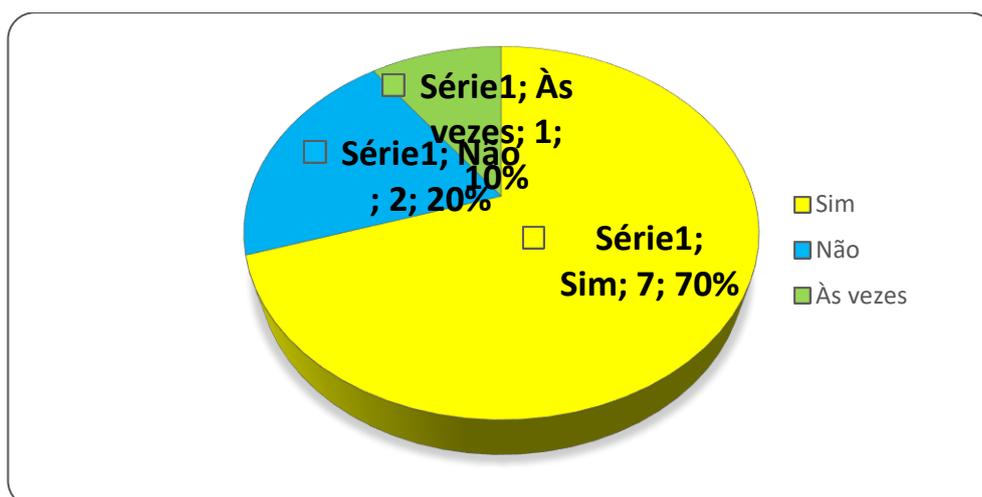
As entidades AP1 e AP5 possuem as quatro (4) formas indicadas no questionário como o principal órgão produtor em seus acervos fotográficos. Os arquivos AP4, AP7 e AP9 foram os únicos assinalar como resposta um (1) modo de produção das fotografias, ou seja, na instituição AP4 o acervo documental fotográfico advém apenas de produção da comunidade, no arquivo AP7 o acervo é composto por doações de fotografias de outras instituições e, por fim, o AP9 indica ter como principal órgão produtor das fotografias os próprios setores do município. Os arquivos AP2, AP3, AP6, AP8 e AP10 afirmaram conter documentos provenientes de doação de outras instituições, da comunidade e dos próprios setores administrativos do município (Gráfico 1).

Sob o entendimento de Boadas e Raset (2008), a maioria da documentação fotográfica existente em arquivos decorre de quatro (4) modos: a) as fotografias são produzidas pela própria instituição; b) as instituições contratam um fotógrafo com a intenção de produzir conteúdo relacionados a atividades culturais, marketing, promocionais etc.; c) por meio de aquisições ou compra do material fotográfico que possa ter algum tipo de relação com o uso institucional; d) doações de acervos fotográficos considerados de valor histórico e cultural para a instituição. Neste último modo, grande parte dos casos pode ser considerado o volume mais importante de documentos fotográficos custodiados por um arquivo.

Herrera (1991) esclarece que a formação de um fundo arquivístico pode conter documentos doados por uma pessoa jurídica ou física que produziu esses documentos ou os adquiriu. Uma documentação arquivística pode estar completa ou não e as causas pela dispersão dos documentos podem ser em decorrência de divisão, perdas, destruição, entre outros fatores. Contudo, ainda assim constitui uma unidade, independente dos outros grupos documentais existentes na instituição.

Em relação ao recebimento e recolha de fotografias impressas: sete (7) arquivos responderam que ainda recebem ou recolhem; duas (2) instituições alegaram não receber mais documentos fotográficos e uma (1) unidade afirmou receber e/ou recolher de vez em quando fotografias em seu arquivo (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Recebimento/Recolhimento de fotografia impressas



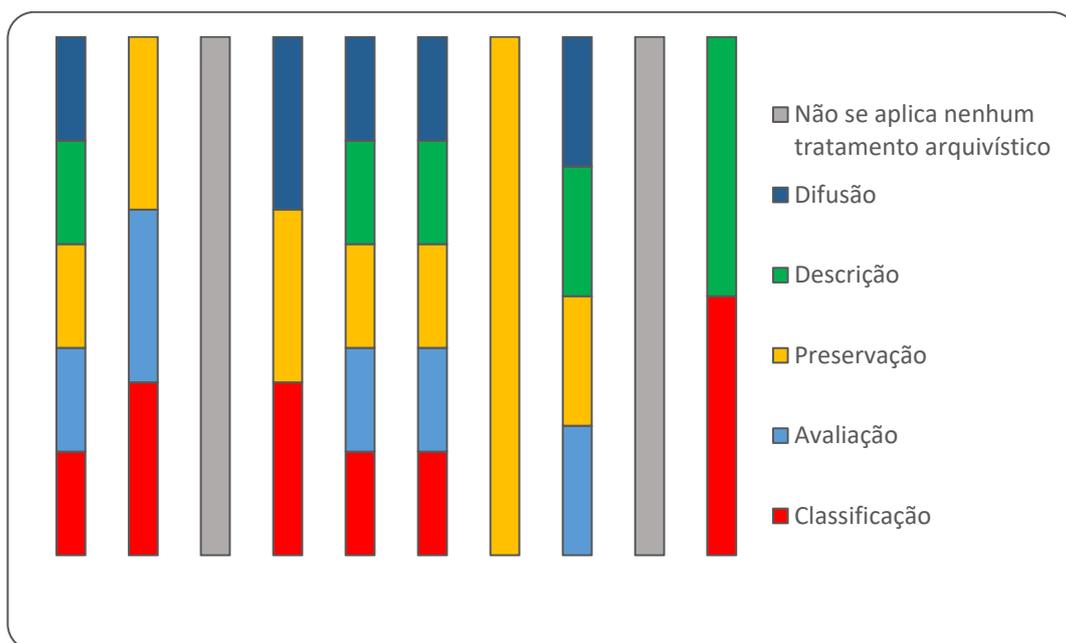
Fonte: Schweitzer (p. 78, 2021)

A soma das variáveis “Sim” e “Às vezes”, no Gráfico 2, totalizam 80% das entidades pesquisadas que recebem fotografias impressas. Atentando que a amostra pesquisada não é a totalidade dos arquivos catarinenses, ainda assim, trata-se de uma porcentagem considerável, especialmente tendo em vista a produção expressiva de fotografias digitais na sociedade atual. Segundo Mariz e Dutra (2018, p. 4) a partir do século XX houve o aumento dos registros, “em especial os fotográficos digitais, [que] trouxe consigo uma consequente mudanças nos arquivos”. A evolução tecnológica, associada à democratização do computador individual, o uso expoente dos *smartphones* e a popularização da Internet fez crescer significativamente o número de fotografias digitais. Se antes a arte de fotografar era uma atividade cara e complexa, atualmente tornou-se algo corriqueiro na sociedade, atribuindo também novas formas de gestão e estratégias de organização desse tipo de documento digital (MARIZ; DUTRA, 2018).

Ainda que existam possíveis transições do comportamento da fotografia analógica para a digital, verifica-se por meio dos dados que as fotografias impressas resistem ao tempo (são criadas, utilizadas e armazenadas), permitindo compreender informações e construir novos conhecimentos (SCHVEITZER, 2021, p. 79).

Quando questionados a respeito das demais funções arquivísticas (classificação, avaliação, preservação, descrição, aquisição e difusão), obtiveram-se as seguintes respostas dos arquivos estudados, ver Gráfico 3.

Gráfico 3 – Do(s) processo(s) de tratamento arquivístico realizado(s) nos acervos fotográficos catarinenses



Fonte: Schweitzer (p. 101, 2021)

A função arquivística mais apontada entre as entidades pesquisadas foi “Preservação”, presente em sete (7) unidades (Gráfico 3). Além do dever em organizar e tornar acessível os documentos, o arquivo (instituição) deve manter o acervo em condições favoráveis à pesquisa. Para tal, a função arquivística preservação incumbe papel relevante de “acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos e garante a integridade do patrimônio cultural que está sob a responsabilidade do profissional e da instituição arquivística” (LARROYD; OHIRA, 2007, p. 254).

Já a função arquivística “Classificação” foi apontada como processos de tratamento arquivístico realizado no acervo fotográfico de seis (6) unidades arquivísticas. Por fim, os tratamentos arquivísticos que tiveram cinco marcações em cada opção foram: “Avaliação”, “Descrição” e “Difusão”. É pertinente reforçar que das sete funções arquivísticas abordadas por Rousseau e Couture (1998), a função “Produção” e “Aquisição” já haviam sido apresentadas anteriormente (Gráficos 1 e 2). Diante da análise dos dados coletados, verifica-se que 80% dos arquivos públicos do estado de Santa Catarina praticam algum tipo de tratamento arquivístico em seu acervo fotográfico e apenas 30% exercem todas as funções arquivísticas apontadas no Gráfico 3.

Com o estudo foi possível constatar que duas entidades (AP3 e AP9) não realizam nenhuma das funções arquivísticas em seus acervos fotográficos. O dado é preocupante, visto que estas fotografias, são documentos possivelmente inacessíveis e suscetíveis a degradação

(tempo, ambiente, homem etc.) e ao esquecimento, corroborando para a perda informacional. Jardim (1999) ressalta que a condição dos arquivos brasileiros, especialmente os arquivos públicos, revela alguns problemas quanto à guarda documental e, por consequência, o acesso. Dessa forma, a ausência de tratamento arquivísticos nos documentos, “a curto e a longo prazo, podem refletir na perda de informações para a construção de narrativas do contexto social, econômico, cultural e histórico de uma sociedade” (SCHVEITZER, 2021, p. 46).

O objetivo do trabalho em tela não foi aprofundar todos os processos que envolvem o tratamento arquivístico realizados nos acervos fotográficos, mas, sim, identificar a presença e quais funções arquivísticas são desenvolvidas nestes acervos fotográficos catarinenses e por entendê-los como essenciais para produção, preservação e acesso à informação arquivística fotográfica. Desse modo, foi possível identificar um cenário, ainda que não completo, das funções realizadas com esses documentos fotográficos que fazem parte do patrimônio documental de cada região.

6 Considerações finais

O presente estudo salienta a imagem fotográfica impressa como um documento arquivístico com informações que comunica e expressa de forma diferente se comparado a qualquer outro documento textual. Para isso é imprescindível que a fotografia seja contextualizada (origem, produtor e função), assim, munidas destas informações, é possível ter uma dimensão e uma compreensão mais próxima do significado que a imagem transmite.

Mediante a fotografia, é possível fazer registros informacionais em diferentes contextos, como: cultural, jurídico, familiar, empresarial, histórico e outros. Contudo, para que estas informações sejam localizadas e acessadas estes documentos necessitam receber tratamento arquivístico. Na Arquivologia, este tratamento é permeado pelas funções arquivísticas (produção, classificação, avaliação, preservação, descrição, aquisição e difusão). Essas funções são o centro de atividades que constituem o tratamento documental dos arquivos e devem acompanhar todo o ciclo pelo qual o documento arquivístico percorre. Cada função tem um objetivo a ser cumprido e é essencial a comunicação entre elas.

O desenvolver das funções arquivísticas de “Classificação”, “Avaliação”, “Descrição”, “Preservação” estão presentes em 50% dos arquivos públicos municipais catarinenses participantes do estudo. Desse modo, metade das instituições tem a responsabilidade em aplicar determinadas funções nos arquivos. Todavia, somente três instituições realizam todo o tratamento no acervo fotográfico embasado nas sete funções arquivísticas, um resultado pouco expressivo se for considerado o quanto essenciais são estas funções. Vale ressaltar que estes dados

não integram todos os arquivos do Estado de Catarina, mas é uma parte significativa destas instituições que integram o cenário arquivístico catarinense.

Os arquivos públicos catarinenses são entidades responsáveis pela guarda, pela organização e pelo tratamento de todos os documentos arquivísticos. Dessa forma, os acervos fotográficos impressos armazenados nessas instituições devem estar organizados de forma a servir como fonte de pesquisa e conhecimentos para todas as pessoas. Na legislação federal estadual, leis são instituídas para que o arquivo cumpra diretrizes como gestão da informação, conversão e proteção de documentos que fazem parte da construção histórica, cultural e memorial da sociedade.

Por fim, os três gráficos ilustrados neste estudo trazem um mapeamento das funções arquivísticas desenvolvidas nos acervos fotográficos catarinenses. Ainda que a luz do *corpus* teórico-prático da Arquivologia não seja alçada em todas as entidades, entende-se que a maioria dos arquivos realizam alguns tratamentos técnico em suas fotografias embasados nas funções arquivísticas.

Referências

AGUSTÍN LACRUZ, Maria del Carmen. Leitura de imagens fotográficas orientadas para a representação documental. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, p. 55-88, jan. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20nesp1p55> Acesso em: 03 dez. 2022.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de.; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia**: um guia para a iniciação científica. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: notas sobre a fotografia. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BOADAS I RASET, Joan. Património Fotográfico: Estratégias para sugestión. **Revista de los museos de Andalucía**, n. 9, p. 28-31, fev. 2008. Disponível em: https://www.girona.cat/web/sgdap/docs/patrimonio_fotografico_estrategias.pdf. Acesso 10 jan. 2022.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 1991, Seção 1, p. 455 e pub. ret. em 28 de janeiro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm Acesso em: 26 dez. 2021.

CHARBONNEAU, Normand. La diffusion. In: COUTURE, Carol *et al.* **Les Fonctions de l'Archivistique Contemporaine**. Québec: Presses de L'université du Québec, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos**. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/cadastro-nacional-de-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos> Acesso em: 09 jan. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Cartilha_criacao_arquivos_municipais.pdf Acesso em: 27 dez. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf Acesso em: 27 jan. 2022.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jan./jun. 1994.

FABRIS, Annateresa. **Fotografia e arredores**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2009.

HERRERA, Antônia Heredia. **Archivística general**. Teoría y Práctica. 5. ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

JARDIM, José Maria. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: ARQUIVO NACIONAL. **Mesa redonda nacional de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Disponível em: <https://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/05/informacao-arquivistica-no-brasil.pdf> Acesso em: 30 jan. 2022.

LARROYD, Suzana, OHIRA, Maria Lourdes Blatt. Políticas de preservação nos Arquivos Públicos Municipais Catarinenses. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 254-272, 2007. Disponível em: <http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/504/649> Acesso em: 20 jan. 2022

LOPES, Luiz Carlos. **A nova Arquivística na modernização administrativa**. 2.ed. rev., 2009. Cap. 3. Link: <http://aqv.wdfiles.com/local--files/atividade-desafio/LOPES.pdf> Acesso em: 01 nov. 2021.

MACHADO, Bruno Henrique; SEMIDÃO, Rafael; MADIO, Telma Campanha de Carvalho. Classificação arquivística de fotografias institucionais: desafios na identificação dos tipos documentais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., Florianópolis, 2019. **Anais [...]**. Florianópolis: ANCIB, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/956/801> Acesso em: 04 jan. 2022.

MAIMONE, Giovana Deliberali. A fotografia no contexto da organização do conhecimento. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 196-207, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/106847> Acesso em: 12 jan. 2022.

MANINI, Mirian Paula. A fotografia como registro e como documento de arquivo. In: BARTELO, Linete; MARENO, Nádia Aparecida. **Gestão em arquivologia**: abordagens múltiplas. Londrina:

EDUEL, 2009. Disponível em:
http://www.academia.edu/24771680/A_fotografia_como_registro_e_como_documento_de_arquivo Acesso em: 20 jun. 2018.

MARIZ, Anna Carla Almeida.; DUTRA, Marianna da Silva. Curtir, compartilhar e armazenar: os arquivos fotográficos em redes sociais. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [s. l.], v. 28, n. 56, p. 4-17, 2018. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/693> Acesso em: 18 jan. 2022.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A fotografia como documento: Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 131-151, jan./jun. 2002. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018094007> Acesso em: 10 dez. 2022.

PEREIRA, Diogo Baptista; SILVA, Eliezer Pires da. Funções arquivísticas: caracterizando finalidades de instituições de arquivo. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 29, n. 58, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/754> Acesso em: 21 fev. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

ROUILLÉ, André. **A fotografia: entre documentos e arte contemporânea**. São Paulo: Ed. Senac, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Yves.; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTA CATARINA. **Lei nº 17.565, de 6 de agosto de 2018**. Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina. ALESC, Florianópolis, 6 de agosto de 2018. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17565_2018_lei.html Acesso em: 20 dez. 2021.

SANTOS; Vanderlei Batista. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: SANTOS; Vanderlei Batista (org.); INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento**. 3. ed. Distrito Federal: SENAC, 2012.

SCHVEITZER, Vanessa Aline Souza. **Patrimônio documental fotográfico: um panorama dos acervos arquivísticos de Santa Catarina**. 2021. 141 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PCIN0271-D.pdf> Acesso em: 9 jan. 2022.

SMIT, Johanna W. A informação na Ciência da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 2, p. 84-101, 2012.

SOLÓRZANO-ARIZA, Augusto; TAMAYO, Luis Carlos Toro; ECHAVARRÍA, Juan Camilo Vallejo. Memoria fotográfica: la imagen como recuerdo y documento histórico. **Revista Interamericana de Bibliotecología de Medellín**, Medellín, v. 40, n. 1, janeiro/abril, p. 73-84, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/97648> Acesso em: 11 jan. 2022.

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A classificação como função matricial do que fazer arquivístico. *In*: SANTOS, Vanderlei. Batista dos. (org.). **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento**. Brasília: SENAC, 2007.

TONELLO, Izângela Maria Sansoni.; MADIO, Telma Campanha de Carvalho. A fotografia como documento: com a palavra Otlet e Briet. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 1, p. 77-93, dez. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/32504> Acesso em: 03 dez. 2021.